

# Uma luz no fim do túnel

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

As pesquisas de opinião têm revelado que cerca de 60% do eleitorado se definiu por uma das duas candidaturas que aparecem nos dois primeiros lugares. Esse percentual é resultado das respostas espontâneas em que não são apresentados os nomes dos concorrentes. Segundo os analistas de todos os institutos, nunca tivemos uma eleição do Brasil com tanto voto decidido a menos de 90 dias para o pleito.

Esse quadro tem dificultado a vida de candidatos que tentam furar a polarização. Nos últimos meses diversos postulantes foram ficando pelo caminho e, hoje, a aposta é Simone Tebet, até porque Ciro Gomes, em campanha há mais de um ano, não consegue crescer nas intenções de voto e ainda tem visto ampliar sua rejeição para um patamar equivalente ao do presidente.

Outro dado relevante é a identificação das questões ligadas, direta e indiretamente, à economia como as que preocupam a maioria dos eleitores, especialmente a inflação em alta desenfreada, com reflexo imediato no custo de vida de toda a população, particularmente da parcela mais pobre.

Tal constatação fez com que todas as candidaturas passassem a incorporar essa demanda em seus discursos e posicionamentos, a começar pelo próprio presidente. Desgastado por sucessivos escândalos em sua administração, não teve dúvida em criar programas emergenciais, cujo único objetivo é tentar reverter a desvantagem na corrida eleitoral.

Primeiro construiu a narrativa de que o aumento do preço dos combustíveis tinha dois grandes culpados: a Petrobras e os governadores. Em seguida, promoveu a quarta troca no comando da petroleira. E concluiu essa etapa do processo estimulando a criação e posterior votação pelo Congresso de uma PEC impondo um teto para a alíquota de ICMS sobre combustível, energia elétrica e telecomunicações.

E qual foi o comportamento da oposição? Para surpresa de muita gente, a maioria esmagadora dos parlamentares apoiou todas essas medidas. Até mesmo aqueles que pretendem disputar as eleições para governador em seus estados não se envergonharam de votar a favor, criando uma situação extremamente difícil para gestão financeira das unidades federativas em 2022 e 2023. A justificativa foi que não poderiam deixar apenas o governo federal ficar com os louros.

Cabe ressaltar que, no caso dos ataques sistemáticos à Petrobras, o governo conseguiu a adesão imediata de boa parte da oposição, com ex-presidente Lula e Ciro Gomes fazendo coro à ideia de se promover uma intervenção na estatal que passou a ser chamada de antipatriótica.

Não satisfeito com suas vitórias iniciais e diante do até então baixo impacto das medidas junto à população, o governo avançou ainda mais ao propor outra PEC, apelidada de “kamikaze”, em que obteve um salvo conduto do Senado para fazer gastos extraordinários em ano eleitoral, violando completamente a legislação. E mais uma vez a oposição resolveu aderir com



base na mesma justificativa, à exceção do senador José Serra que se manteve fiel as suas convicções. No momento em que escrevo essa coluna, a Câmara dos Deputados ainda não tinha votado, mas tudo indica que teremos resultado e comportamentos muito semelhantes ao apresentado pelos senadores na semana anterior.

Ora, são em momentos como esses em que a oposição deveria procurar se diferenciar do governo, mesmo correndo o risco de sofrer acusação de “votar contra o povo”. Por outro lado, é forçoso reconhecer que muitos desses parlamentares e candidatos defendem posicionamentos ancorados na visão de que o Estado precisa assumir ainda mais funções como provedor na economia, para além das necessárias ações emergenciais.

Some-se a isso o oportunismo manifestado pelo governo e por parte da oposição que tentam

acabar com a Lei das Estatais. Para quem não sabe, essa legislação foi criada para criar mecanismos de proteção das empresas contra a interferência política, com condições mais rígidas para o preenchimento de seus cargos de direção. Um exemplo de como era antes e que entrou para o folclore político foi a afirmação feita pelo então presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, pressionando o governo Lula para nomear seu afilhado político na Petrobras. Era o ano de 2005 e ele fez a seguinte declaração pública: “O que o presidente me ofereceu foi aquela diretoria que fura poço e acha petróleo. É essa que eu quero”.

Enfim, mantido o cenário atual e se confirmadas as tendências apontadas nas pesquisas, crescem as chances de termos uma grave crise contratada para 2023. Está difícil enxergar uma luz no fim do túnel.

## Os passos para um mercado de carbono eficaz

» CLAUDIO SALES  
» ALEXANDRE UHLIG  
Do Instituto Acende Brasil

Motivado pelos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), realizada em Glasgow em novembro de 2021, o governo brasileiro aprovou em maio deste ano o Decreto 11.075/22, documento que estabelece o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), uma iniciativa acessória que procura manter o tema em pauta e mobilizar o Congresso Nacional para discutir e aprovar o Projeto de Lei (PL) 2.148/15, peça principal para a regulamentação do mercado de carbono brasileiro.

O decreto, embora careça de uma série de aprimoramentos, traz pontos importantes como a definição dos certificados de redução de emissões, a possibilidade de comércio dos certificados e a necessidade de adicionalidade para sua emissão. O termo “adicionalidade” se refere ao conceito segundo o qual as medidas adotadas precisam efetivamente reduzir emissões de gases de efeito estufa a partir do estado atual.

O decreto cria um mercado de carbono a partir de nove setores da economia (elétrico, transportes, transformação e bens de consumo duráveis, químico, papel e celulose, mineração, construção civil, saúde e agropecuária). Mas o ideal seria que todos os setores econômicos — e não apenas os nove acima — fizessem parte do mercado a ser criado, principalmente os que mais emitem e consequentemente têm um potencial maior de redução das emissões de gases de efeito estufa como, por exemplo, os

setores de resíduos sólidos e florestas, que ficam fora da lista.

O artigo 11 do decreto abre a possibilidade de registro de carbono proveniente de vegetação nativa, porém sem a geração dos créditos, que poderiam ser comercializados. Essa particularidade provavelmente se deve ao fato de que ainda não há uma regulamentação internacional sobre como os créditos provenientes de florestas serão reconhecidos e comercializados.

Além de estabelecer o mercado de carbono, o decreto estabelece metas de redução de emissões de GEEs gradativas para que se alcance a neutralidade das emissões líquidas brasileiras em 2050. Contudo, faltam as definições sobre como os certificados serão reconhecidos, como serão comercializados e como serão “aposentados”. Além dessas definições, é essencial avaliar o custo da iniciativa para a economia brasileira.

A depender do setor, os critérios estabelecidos no decreto para reduzir emissões de GEEs podem encaixar os produtos sem produzir o efeito desejado. Por exemplo, da forma como o setor elétrico está estruturado atualmente, pagar pelas emissões de GEEs só agregará custo ao valor que será pago pelo consumidor de energia elétrica sem reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Por sinal, estabelecer a curva de redução para o setor elétrico como previsto no artigo 12 do decreto será um desafio, uma vez que: (a) o setor já é predominantemente renovável e dependente de eventos estocásticos como o

regime de chuvas, de ventos e da insolação; e (b) as usinas termelétricas servem exatamente para fornecer energia nos períodos em que faltam esses recursos naturais, aportando mais segurança ao suprimento de energia elétrica.

O setor elétrico responde por apenas 2% do total das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e é, certamente, propenso a neutralizar suas emissões no futuro. Mas, para que isso ocorra, será necessário estabelecer os estímulos corretos.

Afinal, diferentemente do que muitos acreditam, pelo decreto as usinas que serão beneficiadas com créditos de carbono no mercado brasileiro não serão as usinas renováveis (eólicas, solares e hidráulicas), mas as termelétricas que utilizam combustíveis fósseis (óleo diesel, óleo combustível e carvão mineral). Isso porque essas usinas poderão substituir seus atuais combustíveis por outros que emitem menos GEEs (como gás natural e biomassa) ou por tecnologias de armazenamento (como baterias ou hidrelétricas reversíveis). O Ministério de Minas e Energia e a Aneel precisam definir se a substituição poderá ser feita, do ponto de vista da operação do sistema e, se possível, como será feita em virtude dos contratos vigentes com as usinas termelétricas.

Vários passos devem ser dados para termos um mercado de carbono eficaz no Brasil, mas o próximo passo cabe ao Congresso Nacional, que precisa regulamentar esse mercado por meio do PL 2.148/15, que aguarda para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Desafios da educação

Qualquer indivíduo que venha se sentar na cadeira de ministro da Educação, por mais preparado que esteja para o cargo, encontrará, ao examinar de perto essa missão, uma tarefa muito complexa e de proporções gigantescas. Sendo o quinto país em número de habitantes e em extensão territorial, o Brasil, por suas características continentais e diversidades regionais apresenta desafios imensos para a implementação de quaisquer políticas públicas, sobretudo quando se trata de assunto tão melindroso como a gestão de políticas educacionais.

Com 5.570 municípios, espalhados em 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, qualquer política pública eficaz e justa tem, necessariamente, que lidar com essa realidade concreta, e ainda obedecer ao fato de que cada ente federativo é autônomo e com atribuições múltiplas e descentralizadas conforme estabelecidas pela Constituição atual.

Implementar serviços públicos de qualidade, num país tão complexo como o Brasil, onde existem diferenças fiscais de toda a ordem e onde variam também a capacidade de gestão de cada uma dessas unidades, não é, definitivamente, um trabalho para principiantes ou indivíduos sem o devido preparo e ânimo. Por mais complicada e difícil que seja a tarefa de implantar uma educação de qualidade e inclusiva no Brasil, todo o esforço se esvai se esse trabalho não começar pela qualificação e melhoria nos planos de carreira daqueles que atuam nesse setor, melhorando salários, incentivando cursos de aperfeiçoamento, além, é claro, de construir e equipar as escolas com tudo que seja necessário para o pleno desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Nenhum esforço, por mais bem intencionado que seja, terá o poder de melhorar nossos índices educacionais, se não contar com a mobilização em massa da sociedade e, sobretudo, com o apoio e a presença de pais de alunos e da comunidade no entorno de cada escola. Sem o envolvimento da população em peso, dificilmente uma tarefa dessa proporção terá êxito, ainda mais quando se sabe que pela Constituição, a educação é posicionada como sendo um esforço de natureza nacional e com sistemas de ensino organizada em regime de colaboração.

A união da sociedade em torno desse objetivo, embora extremamente necessária, não pode ser feita no período de um ou dois governos, mas terá que ser, rigorosamente, cumprido a longo prazo, durante gerações. Para tornar a missão ainda mais complicada, é preciso ver que, dentro de cada questão relativa aos problemas da educação, existem ainda uma espécie de subproblemas que parece embaralhar ainda mais essa tarefa.

Dessa forma, de nada adianta universalizar o acesso à educação, se os alunos não forem mantidos nas escolas até a conclusão, ao menos, do ciclo básico. Por outro lado, torna-se inútil manter os alunos nas escolas, se, ao final desse primeiro ciclo, eles não forem capazes de resolver as questões inerentes à essa etapa, como compreensão de textos e resoluções de operações matemáticas simples entre outras habilidades próprias para a idade.

Mas para iniciar esse verdadeiro trabalho de Hércules, é preciso antes resolver o problema das profundas e persistentes desigualdades regionais, considerada por especialistas no assunto, como uma das maiores do planeta. Somos um país imenso territorialmente e com desconumal desigualdade na distribuição e concentração de renda. E esse desequilíbrio é uma das principais causas de nosso subdesenvolvimento prolongado. Enquanto esse problema não for solucionado, todos os outros também não o serão.

Políticas públicas desenvolvidas sobre um país tão desigual estão fadadas ao fracasso ou a um sucesso pífio e momentâneo. Infelizmente, até aqui, e diante desse quadro, o Brasil não tem sido capaz de desenvolver programas e modelos capazes de enfrentar e superar a dura realidade histórica.

É preciso atentar para o gigantismo da estrutura educacional pública do país. São quase 50 milhões de alunos matriculados na educação básica, principalmente na rede pública; quase 2,5 milhões de professores, a maior categoria profissional do país, além de 178,4 mil estabelecimentos escolares. O que faz do Brasil um gigante mundial, também no setor educacional.

Trata-se, portanto de um desafio imenso que precisa ser feito por milhões de brasileiros ao longo de muitas décadas e que precisa ser iniciado o quanto antes.

### » A frase que foi pronunciada

“A educação é simplesmente a alma de uma sociedade a passar de uma geração para a outra.”

G. K. Chesterton

### Atitude

» Corre pelas redes sociais o vídeo do Adolfo Sachsida (Minas e Energia) comemorando a redução no preço da gasolina. No Noroeste estava a R\$ 5,99. O ministro aproveitou a oportunidade para registrar a nova fase dos combustíveis.

### » História de Brasília

Já está em pleno funcionamento, a pista do aeroporto de Brasília, e graças a Deus não houve nenhum desastre fatal. (Publicada em 2/3/1962)